



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2017

Requerem, nos termos do artigo 154, parágrafo 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos com o intuito de debater a necessária mudança na legislação para a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes, Senador Benedito de Lira, Senador Cristovam Buarque, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Hélio José, Senador José Agripino, Senador Paulo Bauer, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Renan Calheiros, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Vicentinho Alves



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

Requeiro, nos termos do artigo 154, parágrafo 7º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos com o intuito de debater a necessária mudança na legislação para a compensação da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por conta da perda de receita decorrente de desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Para tanto, sugerimos o convite das seguintes autoridades:

- Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal;
- Governadores de Estado;
- Sr. Henrique Meirelles – Ministro da Fazenda;
- Sr. Dyogo Henrique de Oliveira – Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Deputado Luiz Carlos Hauly, relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados;
- Tribunal de Contas da União – TCU;
- Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ;
- Confederação Nacional de Municípios – CNM.

JUSTIFICAÇÃO

Em 30 de novembro de 2016, o Supremo Tribunal Federal, fixou prazo de 12 meses para que o Congresso Nacional edite lei complementar regulamentando os repasses de recursos da União



SF/17451.47840-35



para os Estados e o Distrito Federal em decorrência da desoneração das exportações do ICMS.

Esgotado o prazo de 12 meses, se ainda não houver lei regulando a matéria, caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) fixar regras de repasse e calcular as cotas de cada um dos interessados.

No Senado Federal já tramita matéria legislativa que atende à determinação do Supremo Tribunal Federal. Trata-se do PLS 288/2016 – Complementar, do Senador Wellington Fagundes, composto em parceria com a Confederação Nacional dos Municípios e com a Associação Matogrossense de Municípios.

Tendo em vista a determinação do Supremo Tribunal Federal e as perdas sofridas por Estados e Municípios com a desoneração tributária das exportações ao longo dos anos, o Senado Federal precisa discutir o tema em Sessão Temática.

Sala das Sessões,

Senador Wellington Fagundes



SF/17451.47840-35